

**ATA DA 297ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE DE SÃO PAULO**

SÃO PAULO, 10/08/2023

PRESIDENTE

LUIZ CARLOS ZAMARCO

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

BENEDITO ALVES DE SOUZA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

SUELY LEVY BENTUBO FONSECA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

CRISTÓVÃO AVELINO NERY (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

DIMITRI AUAD (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CLARISVALDO RÊGO MONTEIRO FILHO (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ALICE REGINA DE LIMA SANTEZI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

ANDRÉ ANCELMO ARAÚJO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JULIANA MATIAS DE OLIVEIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MANOEL OTAVIANO DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Representantes dos Portadores de Patologias

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

CARLOS MIGUEL DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

WALTER MASTELARO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

THAÍS MENDES SOUZA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representantes da Pessoa com Deficiência

EDUARDO VICTOR FERREIRA FARIA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MARIA IMACULADA HENRIQUE CÂNDIDO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Representantes dos Sindicatos Patronais

EDUARDO BUENO DA FONSECA PERILLO (TITULAR)

Representante das Centrais Sindicais

ALEX RICARDO FONSECA (SUPLENTE)

Representantes dos Trabalhadores em Saúde

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

IVONILDES FERREIRA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

ÂNGELA APARECIDA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

IVONILDES FERREIRA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

Representante dos Conselhos Regionais Função FIM

ROSEMEIRE SENA LOPES (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

MARGARETH ANDERAOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

ELAINE DIAS VASCONCELOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM

Representante dos Conselhos Função Meio**Representante da Associação dos Profissionais Liberais**

ALEXANDRE DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representante da Universidade Pública

IVALDO SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Representante do Prestador Lucrativo

REINALDO JOSÉ TOCCI (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

Representante do Prestador Filantrópico

ELZA DE SANTANA BRAGA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR FILANTRÓPICO

Representantes do Poder Público:

MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CÁSSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ IVAN FERREIRA – (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
KELLY CRISTINA LOPES LUNA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Ausentes

ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARIA GORETE FERREIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
JOCILÉIA NÉIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VICTÓRIA MATOS DAS CHGAS SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
AMANDA CONEGUNDES MUCCI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
EDINALVA EDITE DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VERA HELENA ALVES SANTANA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
FREDERICO SOARES DE LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
OLGA LUIZA LEON DE QUIROGA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
AMÉLIA DALVA RIBEIRO DE OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FERNANDO HENRIQUE VIEIRA SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO MEIO
JOSÉ APARECIDO MAION (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS FUNÇÃO MEIO
IRAMIR BASTOS GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS
FERNANDO MUSSA ABUJAMRA AITH (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
PAULO ROBERTO MARVULLE (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CARLOS ALBERTO PEREIRA GOULART (TITULAR) – REPRESENTANTE PRESTADOR LUCRATIVO
MÁRIO SANTORO JR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE PRESTADOR FILANTRÓPICO
MARIA DAS DORES LIMA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III - Justificativas:

JOSÉ GONZAGA DA CRUZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARILDA SILVA DE SOUSA TORMENTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCOS ANTÔNIO CAMPOY (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICO

DIGITAÇÃO:

SUELÍ DE OLIVEIRA GIMENEZ – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE GESTÃO
DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICO

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Inicia a reunião após verificação de quórum pela Secretaria Geral do CMSSP. Cumprimenta a todos. Solicita que o Secretário Geral, Júlio Cesar Caruzzo, faça leitura da pauta.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMS-S- - faz leitura.

Pauta:

A - Aprovação da Ata da 296ª Reunião Plenária Ordinária;

B - Informes da Mesa;

C - Informes dos Conselheiros;

D - Informes das Comissões;

E - Ordem do Dia:

- Apresentação – ONA - Acreditação

- Apresentação ASPLAN – RAG 2022

F- Deliberações

- Declaração de bens dos conselheiros municipais de saúde e dos conselheiros gestores de saúde do município.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Propõe 1 minuto de silêncio em homenagem à Conselheira Maria Adenilda Mastelaro, falecida em 20/07/2023.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala sobre a Adenilda, que foi professora e quando se aposentou, dedicou-se à Saúde na região da Penha; foi Conselheira Municipal de Saúde por vários mandatos, foi Coordenadora da Comissão Executiva por duas vezes, foi Conselheira Estadual de Saúde, dirigente da UMPS. Vamos preservar o legado que ela nos deixou. Maria Adenilda Mastelaro presente sempre.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Pergunta se há proposta de inclusão de pauta ou inversão.

Flávia Anunção do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Solicita inclusão de realização de Pleno Extraordinário para discussão do Hospital Vila Santa Catarina e Vila Brasilândia, no dia 17/08/2023.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Propõe colocar os Informes para o final. Iniciar pela aprovação do Pleno Extraordinário proposta pela Conselheira Flávia.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Reforça a aprovação do Pleno Extraordinário porque há convidados presentes na reunião da região.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Quando se deixa os Informes para o final, acaba não acontecendo, o que considera prejudicial. Tem que ser garantida essa parte dos Informes.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Podemos assegurar esses Informes.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: - Solicita aprovação da ata de 296º Reunião Plenária Ordinária.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Consulta o Pleno – aprovada a ata da 296º Reunião Plenária Ordinária. Agradece à Denize pela dedicação na confecção das atas. Agradecimento público.

Consulta o Pleno a aprovação da pauta. Aprovada com modificações.

Consulta o Pleno sobre a realização do Pleno Extra (17/08/2023).

José Ivan Ferreira, Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Solicita votação nominal sobre a realização de Pleno Extraordinário.

Júlio Cesar caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: faz chamada:

Albertina – Adriana (s) – Benê (s) – Cristóvão -, Dimitri (s), Rubens (s), Gimenes (s), André (s), Fred -, Juliana (s), Manoel (s), Nadir (s), Walter (s), Eduardo Victor (s), Eduardo Pirilo -, José Henrique -, Alex F (s), Erivalder (s), Ângela -, Flávia (s), Silas -, Fernanda -, Rosana (s), Margareth (s), Alex Navarro -, Ivaldo (s), Renildo (s), Elza (s), Marcelo (abstenção), Marilda -, Nelza (s), Rita (s), Marcos -, Kelly –

Resultado: - 22 votos a favor

Nenhum contrário

1 abstenção.

Aprovado.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Pede que todos estejam presentes. São tópicos muito importante.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias:

Solicita esforço para respostas das áreas técnicas sobre esse assunto.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Solicita publicamente à gestão que nos forneça a documentação necessária.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A Comissão de Políticas e COFIN realizarem discussão sobre o Hospital Santa Catarina e solicitarem informações que não foram enviadas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Já foi solicitada à gestão para que nos encaminhe até o dia 17/08/2023.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Referenda a fala dos conselheiros Walter e Erivalder.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa ao próximo assunto.

Informes de Mesa – Dia 31/08 – Reunião do Comitê de Ética.
- Dia 24, 30 – Regimento Interno.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa à Ordem do Dia – Acreditação ONAS.

Dr. Marcelo Itiro Takano: O Projeto Avança Saúde foi desenvolvido e planejado para contribuir com as melhorias no âmbito da saúde do Município de São Paulo, com objetivo de ampliar a oferta, melhorar as condições de acesso e aprimorar a qualidade de serviços municipais no âmbito do Sistema Único de Saúde para a população do Município de São Paulo, por meio da estruturação da assistência segundo o modelo de Redes Regionais de Assistência à Saúde, fortalecendo a infraestrutura, a qualidade e a integralidade dos serviços. Os serviços pretendidos compreendem: (i) apoio na estruturação do Núcleo de Gestão de Qualidade (NGQ) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo- SMS, incluindo a capacitação dos seus membros no tema da gestão da qualidade e segurança do paciente nos serviços de saúde. e (ii) apoio e acompanhamento no processo de acreditação de 340 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de São Paulo na metodologia ONA.

Fala sobre o processo da ONA com balizador das UBS. A ONA é a única no país com certificações em diferentes níveis, o que permite avaliar a melhoria contínua na gestão e nos processos das organizações de saúde. Que estão nas melhores condições de segurança e qualidade. A meta é a certificação de 340 unidades certificadas pelo menos.

Ao longo do ano queremos atender a todas unidades. Para que tenha validade e reconhecimento, a certificação tem que ser dada por instituição externa e reconhecida.

Pensou-se em selo próprio. A certificação escolhida foi a da ONA, porque além ser de referência nacional, os padrões ONA são reconhecidos no exterior. A ONA é membro da **International Society for Quality in Health Care (ISQua)**, atuando ao lado de instituições que promovem a qualidade da saúde em países como Estados Unidos, Reino Unido, França e Canadá. Hoje mais de 80% das instituições acreditadas no país adotam os padrões ONA.

Ao conquistar da Acreditação ONA, não importa o nível, sinaliza ao seu público o compromisso com padrões reconhecidos de qualidade e segurança do paciente. Nas instituições acreditadas, os pacientes, por exemplo, podem desfrutar de um ambiente mais seguro. Os médicos, por sua vez, se sentem mais

confiantes para realizar procedimentos em uma organização com processos certificados e por saberem que o paciente está bem assistido. A percepção também se estende aos fornecedores, pois continuar prestando serviço a uma entidade certificada significa preencher os requisitos necessários para tal – o que começa a ser avaliado já no nível 1.

O nível 1 mantém o foco nos padrões e requisitos que envolvem todas as áreas da Instituição, incluindo aspectos estruturais essenciais; o 2 é dedicado a sistematização e integração dos processos e da gestão; já a fase 3 atesta a excelência em gestão da instituição.

Ocorreu a Pandemia e o ciclo dos processos de acreditação foram adiados para o último ciclo, que se encerra em junho de 2024. A metodologia de Acreditação da ONA é internacionalmente reconhecida com padrões e requisitos definidos pela metodologia do Sistema Brasileiro de Acreditação, descrita no manual ONA. O investimento de ação no contrato celebrado, existem 10 Instituições Acreditoras certificadas pela ONA.

A Fundação Vanzolini foi escolhida, num investimento de 1 milhão 849 mil dólares para acreditação das 340 unidades, incluindo, visitas diagnósticas e de acreditação e, capacitação. O investimento é significativo.

Foi criado núcleo de qualidade, com servidores Marcelo e Ângela. No município de São Paulo, foi criada a Portaria nº 199/2023 -SMS.GAB, que **estabelece fluxos e atribuições para acreditação de Unidades Básicas de Saúde municipais por meio da obtenção do selo de qualificação ONA.**

Trata-se de processo responsável que exige participação de todos. ONA tem critérios de elegibilidade para que a visita ocorra. Importante que o CMS entenda o que seja a ONA. Envolve trabalhador, gestão e o macro ambiente da assistência.

O selo tem 3 níveis – bronze, prata e ouro.

Coloca-se à disposição para tirar as dúvidas.

Trata-se de processo responsável que exige participação de todos. ONA tem requisitos básicos para que a visita ocorra. Importante que o CMS entenda o que seja a ONA. Responsabiliza trabalhador, gestão e o macro ambiente da assistência.

O selo tem 3 níveis – bronze, prata e ouro.

Coloca-se à disposição para tirar as dúvidas.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa aos inscritos. Enfatiza que 9 milhões, 249 mil, 170 reais é o valor do investimento.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta se esses recursos serão pagos na contrapartida do BID ou pela Prefeitura.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Pela Prefeitura.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta se dessas 340 unidades, todas têm alvará de funcionamento, laudo de vistoria, etc. Existem pendências? Há vários níveis de creditação da ONA. Todos níveis são considerados?

Dr. Marcelo Itiro Takano: O investimento foi condição contratual do banco. Para participar do processo de acreditação, a organização prestadora de serviços de saúde precisa cumprir minimamente requisitos de elegibilidade ONA exige alguns requisitos básicos de elegibilidade. Normatizações básicas. Sem documentação nem começa a visitação. Todos os requisitos do Manual ONA são avaliados. O selo de

Acreditação nível 1 é válido por 2 anos. Há o objetivo de garantir a manutenção da qualidade e a segurança da assistência e a melhoria contínua.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde

Centro: O contrato está ligado ao contrato anterior das reformas das novas unidades ou não?

A TLP também será avaliada? Temos reclamações dos servidores.

Convidada Ana Firmino: - questiona como vai ficar a questão das OSS que estão sob a égide do MSP mas que os trabalhadores estão sobrecarregados. O Município quer ver números, não qualidade. Precisam discutir TLP e quais as responsabilidades das OSS nessa qualificação ONA.

Dr. Marcelo Itiro Takano: A preocupação com a qualidade é da gestão. É fundamental. A OSS está 100% envolvida. As OSS têm o dever de atender melhor. Responsabilidade ética, funcional, legal, moral são requisitos da ONA. Existe o esforço da gestão em atender bem. A gente não se furta às suas responsabilidades. As unidades que não conseguem se qualificar ficam sob a responsabilidade da gestão para adequação.

Manoel Otaviano da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e

Comunitários: Quer saber os critérios para ganhar esse selo, porque tem unidade que está caindo. Outras que não têm acessibilidade. Vão dar selo para elas? A saúde está pior do que 4 anos atrás, 2 anos atrás. Vê-se funcionário trabalhando demais.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Só vai receber o selo quem atender as normas e requisitos da metodologia Ona merecer o selo. Ao final, vão ver se melhorou ou não.

Flávia Anuniação do Nascimento, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais:

O ponto de partida do questionamento não é se o ONA está retirando atribuições de servidores na ponta. A questão é se há trabalhadores suficientes, se conseguem realizar seu trabalho adequadamente. O debate é sobre as condições que o trabalhador tem hoje. E o número de trabalhadores. O CMS deve pedir documentação detalhada da ONA. 9 milhões de reais não é pouca coisa. Precisam saber sobre as empresas envolvidas. Partiram de um cenário inicial. De onde parte o ONA. Qual a relação com a Vigilância.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Consta no portal da transparência da Prefeitura. Está lá super detalhado.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias: Fala da pessoa idosa. Qual foi o critério de escolha?

Dr. Marcelo Itiro Takano: **Dr. Marcelo Itiro Takano:** As CRS selecionaram as 340 com maior nível de maturidade em qualidade e segurança da assistência prestada. Para apoiar essa seleção, foi aplicado um questionário de qualificação aplicados nas 469 UBS. Só é possível entrar para o processo de certificação, as UBS com pelo menos 1 ano de funcionamento, além de outros requisitos. Há rigor com a qualidade. Foi oferecida na Pandemia qualificação online. E foi recusada. Expiraram.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias: ASPLAN vai colocar como indicador de qualidade nos seus relatórios?

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: Esse indicador não foi incluído na pactuação realizada. Não é todo indicador que é incluído no Pleno.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Declara que tem visto nas unidades, na assistência à população, cita o AE CECCI, quer saber como está nessa avaliação da ONA. Vale a pena pedir a apresentação desses relatórios. Como estão avaliados os equipamentos de RX, etc. Vale a pena pedir relatório desses equipamentos.

Convidado André Baradino: - Quer saber sobre essa ONA, é a primeira vez que ouve falar. Se tem o mesmo significado do ISA 9000. Não há clareza para a população. Às vezes há manipulação.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Explica que foi processo de indicação. Secretaria montou apoio. Já fizeram capacitação de duas turmas com 160 pessoas. A diferença entre acreditação e certificação é que a primeira admite a competência técnica do estabelecimento para realizar os meios de avaliação da conformidade enquanto a outra é um meio de avaliar essa conformidade. A ISO certifica. Logo, elas se complementam. A certificação ISO 14.001 ABNT, detalha os requisitos que estabelecem os objetivos e metas a serem atingidos, propondo que a organização estruture e planeje o atendimento a legislação ambiental e condicionantes de licença. E, também, a adote controles ambientais mais assertivos em todas as atividades com relação a resíduos. Não haverá unidades sem condições. Já recebeu denúncias e já apurou denúncias. ONA o balizador de qualidade. Relata que O AE Ceci é a sua UBS. Esteve lá recentemente.

Marcelo Scrocco: - São 680 requisitos. Quem ganha é a saúde a população. Há plano de contingência.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Considera o Takano um otimista. Há um problema muito delicado. Não tem como o Conselheiro olhar todos os dias o Portal da Transparência. Passar essas questões pelo CMS também é lei. Ouvimos a base. Hoje de manhã houve reunião sobre Hospital Mário Degni, Peri Peri e Rio Pequeno. Com certeza nenhuma dessas unidades receberão certificação. Na Região Oeste há problemas com 50% dos equipamentos. Não recebem informações para analisar o que por lei deveria estar aqui. Não dá para ouvir que devem procurar no Portal da Transparência. Isso o incomoda bastante. Preocupa-se com a ponta.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Tem estima pelo CMS como servidor de carreira. Reitera seu compromisso de verbalizar o compromisso e o valor investido. O investimento foi aprovado no contrato.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: A intenção seria lá atrás termos essa acreditação. Por que o controle social e a população não podem acompanhar as visitas para acreditação ou não? São questões que chegam. Precisa haver mais divulgação e convite para o Conselho Gestor participar.

Dr. Marcelo Itiro Takano: O compromisso é de 340 unidades de saúde. Mesmo que ao final do período, as unidades que não alcançaram o selo terão adequações. Permitem 2 pessoas: a diretoria da unidade e a segunda podem discutir.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Questiona sobre a possibilidade de ter 1 conselheiro para acompanhar.

Dr. Marcelo Itiro Takano: - Não disse que existe possibilidade. Precisar ver com a Fundação Vanzolini. Vai levar essa pauta para ONA e para a Fundação.

Margareth Anderaos, Conselheira Titular representante dos Conselhos Regionais Função Fim: Pergunta se quando fazem as visitas, se as unidades são avisadas antecipadamente. Como é garantida a qualidade. As pessoas se preparam na Educação, por exemplo, onde trabalha como professora.

Dr. Marcelo Itiro Takano: Esclarece que são avisadas sim. As 340 UBSs selecionadas foram avisadas desde o processo de seleção. Antes da visita de Acreditação, a Vanzolini realiza a visita diagnóstica e o gestor da UBS recebe um relatório que aponta os requisitos conformes, não conformes e parcial conformes. As visitas diagnósticas ocorreram no período de abril a agosto e as de acreditação tiveram início na segunda quinzena de agosto.

Dimitri Auad, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Foi citada portaria, quer saber o número. Acreditação e Certificação é a mesma coisa? Está na torcida para que o produto final seja positivo. Será diagnóstico que aponta a realidade situacional das unidades, se não houver manipulação. Solicita que o relatório final seja apresentado ao CMS. A certificação tem prazo de validade? Tem dúvidas sobre as técnicas de acreditação. Existe unidade já certificada?

Dr. Marcelo Itiro Takano: - Acreditação processo mais rebuscado. Recentemente o Hospital Menino Jesus foi acreditado pela ONA e o Hospital Benedito Montenegro também. Temos UBSs acreditadas nível 1, e 2 que está em processo de acreditação nível 3.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa ao próximo tema – ASPLAN.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: Apresenta equipe que o acompanha – Nicolas, Andreza, Fernando, Suelen.

Vão apresentar o RAG de 2022. Vão apresentar os avanços tecnológicos.

Enfatiza o esforço de trabalhar com o CMS. O PMS, que é quadrienal, que se descola do mandato eleito do prefeito, propositalmente. Porque há a responsabilidade de dar continuidade das políticas públicas.

O PMS teve início em 2022 e fazem relatórios quadrimestrais. Agradece a oportunidade. Fizeram mudanças no sentido de melhorar. Traz informe que estão em ASPLAN acompanhando processo de regionalização da saúde no Estado de São Paulo. É projeto da OPAS junto com a SES. São parte do processo e não protagonistas. Processo se propõe a redesenhar as regiões de saúde do Estado de São Paulo.

Foram chamadas para acompanhar. Acha que o controle social tem papel fundamental. Processo envolve todos os municípios do Estado. Acha que os conselhos devem participar.

Dimitri Auad, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Questão de Ordem – Entende que este assunto é de tanta preocupação e que precisa ser aprofundado.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Vão solicitar à ASPLAN que retornem aqui para nos apresentar com esse conhecimento.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: O RAG foi enviado a tempo para o CMS.

Bianca, da ASPLAN: Apresenta a pauta. Teve conversa prévia com o CMS.

Andreza Gali, da ASPLAN: - Apresenta ficha do RAG –

Diagnóstico situacional – Feito a partir do pedido do CMS.
Glossário.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: Repactuaram boa parte das metas. Ampliaram com argumentos sólidos. Demandas até do CMS. Conseguiram emplacar melhorias no Plano e Metas. O PAI estava no Plano, mas não no Programa de Metas.



Ciclo de Planejamento 2022-2025

Assessoria de Planejamento – SMS



GAB

Gabinete
do Secretário
ASPLAN
Assessoria
de Planejamento



CIDADE DE
SÃO PAULO
SAÚDE

Planejamento

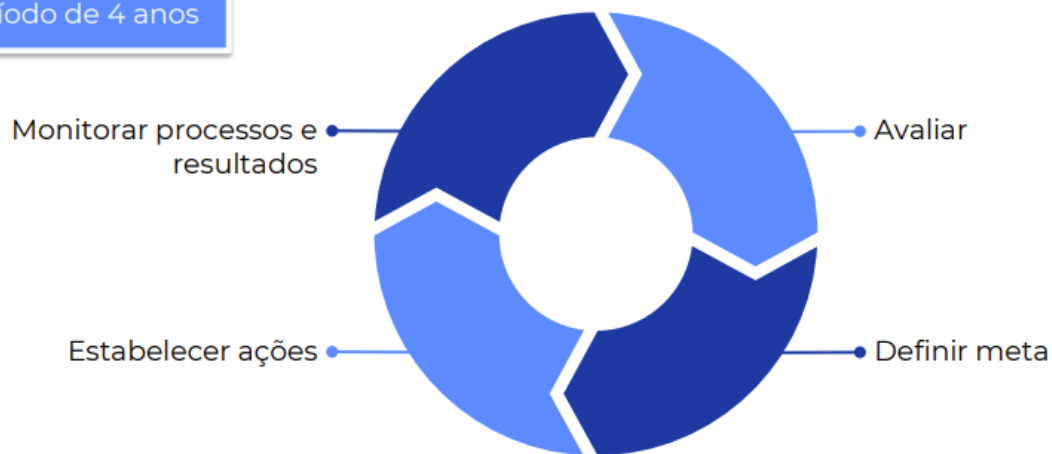
...processo de racionalização das ações humanas que consiste em definir proposições e construir a sua viabilidade, com vistas à solução de problemas e atendimento de necessidades individuais e coletivas.

Teixeira, 2010



Processo Contínuo

Médio prazo –
período de 4 anos



Os instrumentos

Plano Municipal de Saúde - PMS

- Identifica um cenário – diagnóstico situacional
- Estabelece prioridades da gestão
- Elenca metas para o quadriênio (metas de médio prazo)
- Apresenta as metas anualizadas
- Identifica indicadores para o monitoramento
- Deliberação do CMS – setembro antes do período de vigência

Programação Anual de Saúde

- Anualiza as metas
- Estabelece ações para alcance da meta anualizada
- Identifica indicadores para o monitoramento
- Deliberação do CMS – abril do ano anterior

Os instrumentos

Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior - RDQA

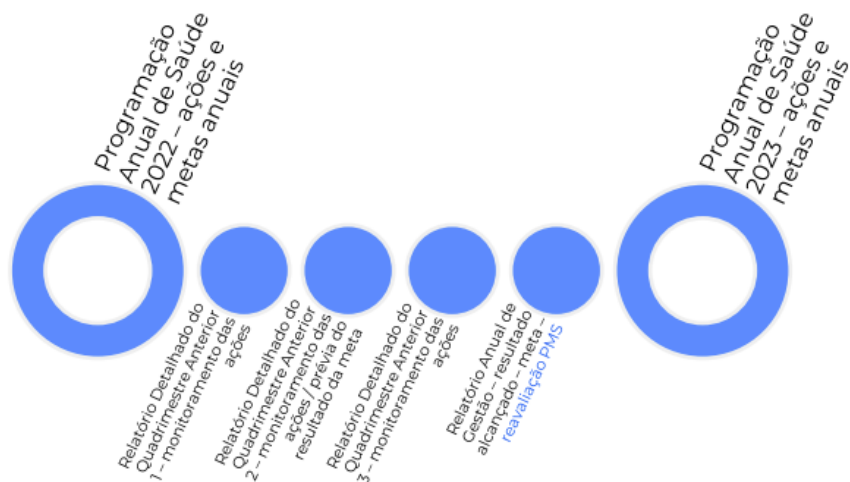
- Monitoramento da PAS
- Acompanha a execução orçamentária
- Maio, setembro e fevereiro – Casa Legislativa

Relatório Anual de Gestão

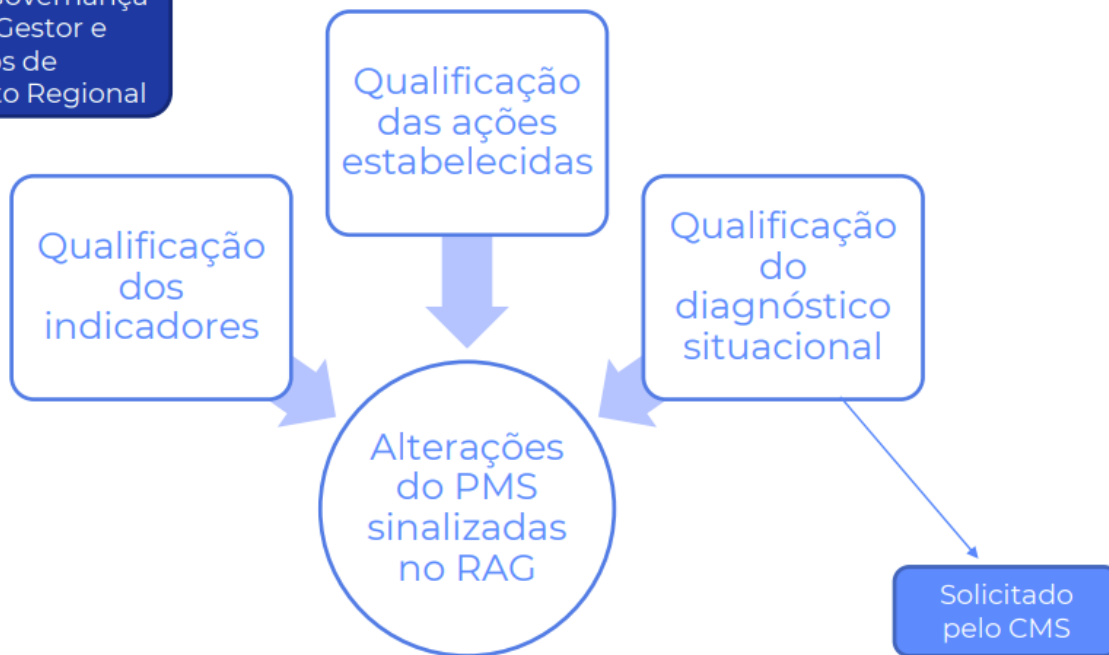
- Comprovação da aplicação de recursos
- Relatório das Auditorias realizadas
- Resultados alcançados (metas) com a execução da PAS
- Orienta a elaboração da nova PAS e eventuais redirecionamentos do PMS

Plano Municipal de Saúde 2022 – 2025

Planejamento de Médio Prazo



Sistema de Governança
– Comitê Gestor e
Grupos de
Planejamento Regional



Facilitar o monitoramento do Controle Social
Ampliar a transparência das ações

Solicitado
pelo CMS

Dois tipos de alterações das metas do PMS

Correções –textuais,
valores base ou de
indicadores

Alteração de Meta
Orientação –
manutenção do
tema

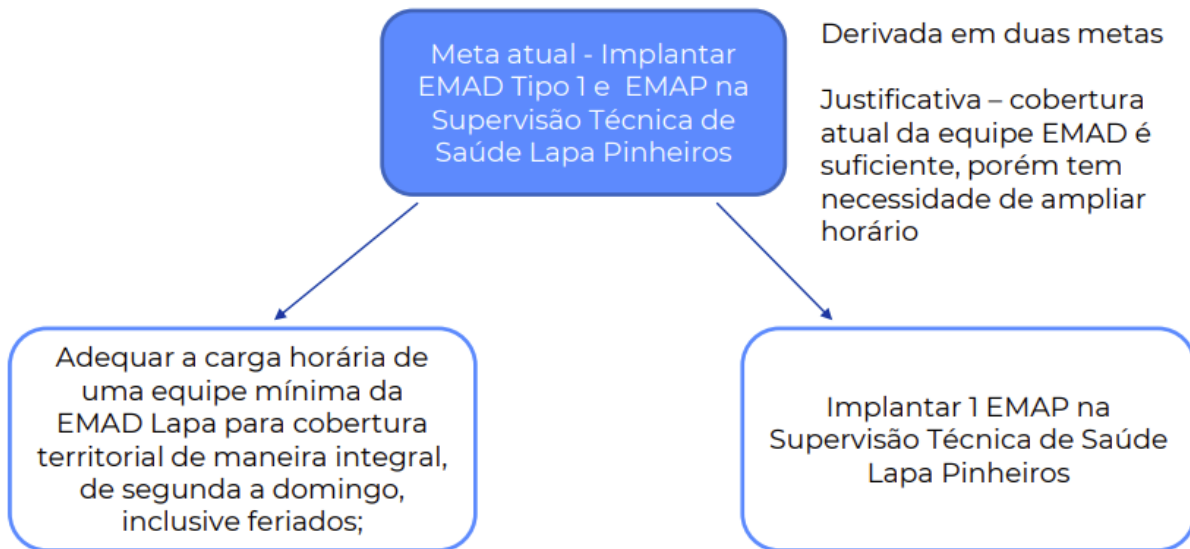
Exemplo 01 – correção pontual

Área responsável	GAB/UCP-BID	
Identificação meta	2.22.3	
Justificativa	Alteração nos valores das metas para maior clareza.	
Análise ASPLAN	OK. Correção pontual	
Situação	Atual	Proposta
Meta	Implantar 16 novos equipamentos de saúde	Implantar 16 novos equipamentos de saúde
Indicador	Número de equipamentos implantados	Número de equipamentos implantados
Forma de cálculo		
Fonte		
Valor - Base	0	0
Ano - Base	2021	2021
Unidade de Medida	Número	Número
Meta Quadrienal (Plano 2022-2025)	16	16
Meta 2022	4	1
Meta 2023	16	7
Meta 2024	16	8
Meta 2025	16	0

Exemplo 02 – correção pontual

Área responsável	CRS Oeste / STS Butantã	
Identificação meta	4.2.1	
Justificativa	Rever unidade de medida	
Análise ASPLAN	Mudança da unidade de medida validada pela área; Reabilitação consultada	
Situação	Atual	Proposta
Meta	Reconhecer em 25% da população cadastrada nas UBS o registro da informação - PCD	Reconhecer em 25% da população cadastrada nas UBS o registro da informação - PCD
Indicador	Percentual de cadastro - PCD no SIGA SAÚDE	Percentual de cadastro PCD no SIGA SAÚDE
Forma de cálculo		Percentual de pessoas com deficiência cadastradas nas UBS do território em relação ao valor base
Fonte		SIGA
Valor - Base	2804	2804
Ano - Base	2021	2021
Unidade de Medida	Número	%
Meta Quadrienal (Plano 2022-2025)	25	25
Meta 2022	10	10
Meta 2023	15	15
Meta 2024	20	20
Meta 2025	25	25

Exemplo 03 – alteração da meta



**Conferência
Municipal de Saúde
2023**

Fluxo para consideração das diretrizes propostas para o município



Referências Bibliográficas

- Teixeira C. Planejamento em Saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador:EDUFBA, 2010.

Nossos Agradecimentos!

Assessoria de Planejamento

planejasaude@prefeitura.sp.gov.br



GAB
Gabinete
do Secretário
ASPLAN
Assessoria
de Planejamento



Andreza, da ASPLAN: - Encerra a apresentação.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Passa às inscrições.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias:

As propostas estavam prontas antes da Conferência Municipal. Se isso não chegou à ASPLAN, não foi culpa da Comissão de Relatoria, da qual faz parte.

Traz questão sobre as auditorias – não houve manifestação.

Não tem tempo de olhar o RDQA. Mas auditorias, ponto que observa é que não vê análise suficiente e adequada. Não vê respostas nem atitudes da SMS quanto a auditorias. Espera para o próximo RAG melhorias. Parabeniza ASPLAN pela melhora dos investimentos da gestão;

Fábio Henrique Salles, da AGP: - Questão de esclarecimento – Quanto ao envio das propostas para ASPLAN, declara que entregaram no dia 4 o caderno com as diretrizes para ASPLAN.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Fala em nome da Relatoria que encaminhou sim na totalidade o que foi solicitado.

Júlio Cesarr Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: - O que foi encaminhado para ASPLAN foi o relatório preliminar com diretrizes e o caderno.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias: Informa que houve 35 reuniões online e 4 presenciais da Comissão de Relatoria. Esse caderno de propostas foi colocado nas sacolas na 21ª Conferência Municipal de Saúde. Esse caderno foi aprovado no Pleno. Inclusive com participação das 4 Conferências livres realizadas. Depois, teve o Caderno das Diretrizes. Todas as Moções aprovadas incluídas. São 2 Cadernos, 1 de Propostas e 1 de Diretrizes.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta o que foi efetivamente encaminhado.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Preocuparam-se em cumprir com todo o rito. Defende a Subcomissão de Relatoria que faz serviço árduo. Equipe chefiada pelo conselheiro Nadir, com a participação do conselheiro Walter e da EMS, que deu suporte necessário. Que o CMS seja respeitado, assim como a Subcomissão de Relatoria.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Foi uma das pessoas que questionou essa situação porque não recebeu o material. Também não sabia da pactuação da ASPLAN com o prazo de recebimento.

Fábio Henrique Salles, da AGP: Quer saber do Relatório Final.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias: Está esperando relatório da subcomissão de Comunicação e da Infraestrutura para terminar o Relatório Final.

Walter Mastelaro Neto, Conselheiro Titular representante dos Portadores de Patologias: Explica que as propostas que compõem as diretrizes estão marcadas e devem ser consideradas.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: Trata-se de insumo para revisão.

Andreza, da ASPLAN: - Está claro que tanto a Secretaria Geral quanto a AGP enviaram à ASPLAN os Caderno de Propostas e Diretrizes.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Já foi contemplado pelo conselheiro Walter. Houve modificações boas. Não viu mudanças nas auditorias. Vão fazer análise mais profunda. Vão apresentar o relatório. Parabeniza pelas mudanças que facilitam as análises.

Suely Levy Bentubo Fonseca, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Parabeniza equipe da ASPLAN pelas mudanças significativas, mais compreensível pelos conselheiros. Sua preocupação é que esse RAG precisa ser analisado pela base, pelas STS. O CMS faz análise complementar. Encontram dificuldade porque as STS geralmente não apresentam análise nenhuma ou apresentam análise feita pela gestão. As pessoas não estão preparadas na base. Propõe a realização de oficina de trabalho para 600 pessoas, convidando conselheiros das 27 STS. Capacitação simplificada, para conselheiros conseguirem realizar essa tarefa. Na base eles analisam fatos e aqui analisam números.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Propostas regionalizadas podem ser analisadas pelas regiões.

Dimitri Auad, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Fala das dificuldades da base em analisar PAS, RAG, etc.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: O RAG 2022 é o processo do ciclo para análise. Está colocando conceito e prática. A melhoria é estrutural. O processo envolve o território.

Andreza Gali, da ASPLAN: - As informações estão na ficha. RDQA tem o detalhe de cada quadrimestre. Fala da construção da PAS – feita em abril do ano anterior. Acha difícil fazer oficina para 600 pessoas.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular, representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Solicita 2 questões. Que os equipamentos de base sejam apressados para que desenvolvam isso – as STS. Outra questão é que tenha pessoas da ASPLAN acompanhando as reuniões de análise dos instrumentos. A 1ª será dia 17/08/2023, às 10h. Isso ajudaria a agilizar o processo. É apoio necessário.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Na questão da análise da base, na hora de fazer discussão, as bases não olham o instrumento como um todo. Analisam a questão regional. Quais as propostas delas na Conferência?

O RAG 2021 foi reprovado porque havia esta questão da auditoria. Já houve discussão no Fórum da Gestão do CRS Sudeste. Suellen, da AGP, estava presente. Pelo menos o que compete a cada STS dá para fazer.

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Concorda com Estevão quando diz que o instrumento deve ser dinâmico e vivo. Houve alteração em que se reduziu metas. Importante olhar a parte do RDQA que é a parte assistencial.

Dimitri Auad, Conselheiro Suplente, representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Há prazo para as regiões enviarem contribuições? ASPLAN tem condições de estar presente às reuniões?

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Titular, representante dos Portadores de Patologias: Pergunta sobre os recursos utilizados. Não há rubricas específicas, por exemplo, para a saúde do idoso.

Bianca, da ASPLAN: - Os 27 Conselhos de STS não estão no mesmo patamar. Na CRS Sudeste estão se esforçando. Precisam ver onde há necessidade de suporte. Núcleo de Planejamento Regional terá reunião amanhã.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Pergunta se o CMS pode participar.

Bianca, da ASPLAN: - Responde que sim.

Estevão Nicolau Rabbi dos Santos, Coordenador da ASPLAN: Precisam alinhar datas. Podem conversar. E todos sabem da disposição deles em trabalhar em conjunto.

Fala sobre pactuação de metas. Saber repactuar metas requer habilidades. Sugere capacitações online. Orçamento e vinculação aos instrumentos é dificuldade tremenda. Todo ano recebe do Grande Conselho o Idoso qual é o orçamento para a área e não consegue responder. Não há condições de fazer isso agora.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Agradece a participação e apresentação. da ASPLAN. Informa que há 3 deliberações:

- Declaração de Bens – A Comissão Executiva pediu adiamento para devolutiva no Pleno de Setembro. O MP Eleitoral deu ciência que não era com eles. Que deveriam procurar outro departamento. Propõe consultar Corpo de Juristas de Notório Saber. Já temos resposta do CES, CNS e MP Eleitoral. Ver aprofundar um pouco mais.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular, representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: O Pleno havia determinado reunião com MP Eleitoral que respondeu o que segue
Prezado Júlio,

Venho pelo presente, informar que além da Secretaria Especial de Assuntos Eleitorais não ser Órgão de Execução, a pauta objeto de solicitação para reunião, não guarda relação com as atribuições da nossa Secretaria, que diz respeito às questões de natureza eleitoral, relativas à Justiça Eleitoral.

Esclareço, outrossim, que recebemos um e-mail em fevereiro do corrente ano relativo a esse assunto. E, justamente, em razão do que foi anteriormente mencionado, encaminhamos o e-mail recebido para a Procuradoria do Município de São Paulo para conhecimento e eventuais providências se necessárias, sem nenhuma análise de mérito, o qual nos é inclusive vedado, na medida em que não é permitido ao Ministério Público, no exercício de suas atribuições o desempenho de qualquer atividade de assessoria ou consulta jurídica de órgãos e entidades da Administração Pública direta ou indireta (art. 129, IX, CF).

Sugiro, respeitosamente, que esse assunto seja tratado junto à Promotoria do Patrimônio Público, que diferentemente da nossa Secretaria é Órgão de Execução.

Permaneço à disposição, caso tenha restado alguma dúvida e, também, se houver desejo de agendamento de uma reunião com a citada Promotoria.

Att.,

Vera Lúcia Taberti
Assessora Eleitoral



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE POLÍTICAS CÍVEIS E DE TUTELA COLETIVA

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ELEITORAIS

eleitoral@mpsp.mp.br

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Diante das respostas recebidas por parte dos documentos, propõe que saia posição no próximo mês. Se não for o MP Eleitoral, quem foi?

André Ancelmo Araújo, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha que precisam indicar os órgãos que o CMS vai buscar. Solicita verificação de quórum e votação nominal para autorizar órgãos externos. Propõe consultar MP da área de Patrimônio Público. Solicita verificação de quórum.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do CMSSP: Faz verificação de quórum.

Chamada.

Albertina -, Adriana -, Benê -, Cristóvão -, Rubens-, Gimenes (s), André (s), Juliana -Nadir, Carlos Miguel-, Walter-, Thaís -, Eduardo Victor -, Imaculada (s), Eduardo Pirilo -, Alex F (s), Erivalder (s), Flávia -, Rosemeire (s), Margareth -, Elaine -, Alex Navarro -, Ivaldo S, Reinaldo -, Elza -, Marcelo (s), Marilda, Nelza, Rita (s), Ivan (s), Kelly, Lina.

14 Conselheiros. Resultado: Não há quórum.

José Carlos Ribeiro Gimenes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte, Coordenador da Comissão Executiva do CMSSP: Reunião encerrada por falta de quórum.